



Segundo o Ministério de Minas e Energia, a importação tem potencial de diminuir o preço do insumo no país e promover a reindustrialização

# Governo acerta compra de gás da Argentina

» RAFAELA GONÇALVES

Ministros do governo brasileiro têm aproveitado as reuniões às margens da Cúpula de chefes de Estado do G20 para firmar acordos comerciais. O titular da pasta de Minas e Energia, Alexandre Silveira, assinou, ontem, um memorando de entendimento com a Argentina para viabilizar a importação de gás natural do campo de Vaca Muerta, localizado no território vizinho.

A estimativa é de que o Brasil compre dois milhões de metros cúbicos por dia no curto prazo, aumentando, nos próximos três anos, para 10 milhões, até atingir 30 milhões em 2030. De acordo com o governo brasileiro, a compra tem potencial para diminuir o preço do insumo no país.

Em coletiva de imprensa, após a assinatura do documento, Silveira afirmou que o objetivo é aumentar a oferta de gás natural e promover a reindustrialização do país.

“Ao concretizar a importação do gás de Vaca Muerta, estamos fortalecendo o desenvolvimento das indústrias de fertilizantes, vidro, cerâmica, petroquímicos e tantas outras que trazem desenvolvimento econômico ao Brasil. Teremos mais gás, e, junto com ele, mais emprego, renda e riqueza para brasileiras e brasileiros”, afirmou o ministro.

O gás natural é utilizado como fonte de energia para a geração de calor e eletricidade, além de servir de matéria-prima para a indústria. O componente emite um menor teor de gases poluentes na atmosfera e apresenta elevada produtividade. Entretanto, é uma fonte de energia não renovável.

A importação do insumo já vinha sendo defendida pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin. Ele enfatizou que a compra do gás de Vaca Muerta seria uma

Daniel Ramalho/AFP



das apostas para baratear o preço do combustível.

O custo do gás que chegará ao Brasil, no entanto, dependerá da rota escolhida. O documento indica que o grupo deve buscar o uso da infraestrutura já existente nos dois países, permitindo a importação do gás argentino no menor tempo e com o menor custo possível. O memorando tem validade de 18 meses, prorrogáveis.

## Estímulos para o agro

O agronegócio também é tema de importantes sinalizações comerciais, entre Brasil e China. A expectativa é de que os dois países firmem acordos de cooperação capazes de impulsionar as exportações em temas correlatos à transição energética. Entre os segmentos debatidos, estão frutas; e biocombustíveis, como o etanol de milho; além de gergelim, sorgo, moídos bovinos e suínos. Os acordos não devem ser publicados imediatamente, passando por revisões entre os

**“Ao concretizar a importação do gás de Vaca Muerta, estamos fortalecendo o desenvolvimento das indústrias de fertilizantes, vidro, cerâmica, petroquímicos e tantas outras que trazem desenvolvimento econômico ao Brasil”**

Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia

dois países.

Os líderes mundiais se comprometeram em combater o protecionismo e defender o sistema de regras comuns, como fazem normalmente na cúpula anual.

Porém, o aumento de restrições no comércio internacional, com políticas unilaterais adotadas por países do grupo, que fazem 85% da produção global, provoca preocupação sobre as negociações.

De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), os países do G20 introduziram 91 novas medidas restritivas ao comércio, entre outubro de 2023 e outubro de 2024, numa alta de 85,7% em relação ao relatório anterior fornecido para a cúpula da Índia no ano passado.

A preocupação aumenta com os planos de governo de Donald Trump a partir de janeiro. O republicano é conhecido por seu protecionismo, o que não é de todo ruim para o Brasil. Uma eventual guerra comercial dos EUA com a China pode aproximar ainda mais o agronegócio brasileiro dos chineses, como aconteceu no primeiro mandato de Trump, quando houve aumento das vendas de soja, carne bovina e milho do Brasil para o país asiático.

## Acordo UE-Mercosul: apoio e rejeição

Jean-François Monier/AFP



Agricultores despejaram pneus em frente à prefeitura de Sarthe (FRA), em protesto contra o acordo UE-Mercosul

O chanceler alemão, Olaf Scholz, enfatizou, ontem, que o acordo de livre-comércio entre União Europeia e Mercosul deve ser concluído “de uma vez por todas”, apesar da rejeição que está provocando, sobretudo por parte da França.

“Depois de mais de 20 anos (de negociações), temos de finalizar o acordo de livre-comércio com o Mercosul”, defendeu Scholz em uma coletiva de imprensa à margem da cúpula do G20 no Rio de Janeiro. “A forma como foi negociado levou muito tempo. Não é um bom exemplo. Precisamos de mais acordos de livre-comércio. O mundo está mudando”, alertou.

A Espanha também gostaria de ver um acordo amplo com os sul-americanos. “Há uma certa mitologia em torno do Mercosul”, disse o ministro espanhol da Agricultura, Luis Planas Puchades. Ele argumenta haver mais em jogo do que apenas a agricultura.

“A União Europeia está interessada, neste momento, em se fechar dentro de si mesma?”, perguntou o ministro antes de uma reunião ministerial agrícola da UE. “Ou está interessada, neste contexto geopolítico particular que vivemos, e especialmente depois das eleições norte-americanas, em expandir a rede dos nossos acordos comerciais com terceiros países para manter também a nossa influência econômica e comercial? Acho que a resposta é muito clara.”

A Comissão Europeia, com o

apoio de vários países, incluindo Alemanha e Espanha, espera assinar antes do final do ano o acordo que está sendo negociado desde 1999 entre o bloco europeu e os fundadores do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai).

## Oposição

Mas outros membros da UE se opõem, especialmente a França, que defende seu poderoso setor agrícola.

Ontem, agricultores franceses lançaram uma nova série de manifestações para protestar contra o acordo. Eles argumentam que o acordo ameaça os seus meios de subsistência ao permitir um

aumento das importações agrícolas sul-americanas produzidas sob padrões ambientais menos rigorosos.

Os novos protestos são liderados por sindicatos, que se opõem a importações isentas de tributos de carne bovina, aves e açúcar, que, segundo eles, criam uma concorrência desleal.

As manifestações têm apoio do governo francês. “Não será (o acordo) às custas de nossos agricultores”, declarou o presidente Emmanuel Macron no domingo, durante uma visita à Argentina antes de viajar ao Brasil para o G20.

A ministra da Agricultura francesa, Annie Genevard, opôs-se publicamente ao

acerto, citando riscos de desmatamento e preocupações de saúde associadas à carne tratada com hormônios.

O setor agrícola de outros países europeus teme que os produtos sul-americanos inundem seus mercados.

A Itália juntou-se à rejeição ontem, quando o ministro da Agricultura, Francesco Lollobrigida, denunciou um acordo que “na sua forma atual não é aceitável”.

Se concluído, o pacto UE-Mercosul criaria um mercado integrado de cerca de 800 milhões de pessoas e eliminaria as tarifas de importação sobre mais de 90% dos produtos da UE exportados para o bloco sul-americano.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## Lula ri por último na reunião do G20

Se não houver nenhum imprevisto grave ou ninguém falar besteira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já pode comemorar o seu sucesso pessoal na reunião do G20, o grupo dos países mais ricos do planeta, com a adesão da Argentina à Aliança contra a Fome e a Pobreza, num documento final que fala em reforma do Conselho de Segurança da ONU, taxaço de super-ricos e combate ao aquecimento global. Recalcitrante, o presidente argentino, Javier Milei, havia criticado o texto, mas voltou atrás depois de exaustivas negociações entre os diplomatas que articularam a declaração do grupo.

A unanimidade do encontro a favor do combate à fome e à pobreza é uma vitória pessoal de Lula. São 82 países, entre os quais os mais ricos do mundo, e 148 organizações internacionais, instituições financeiras e ONGs que apoiam a iniciativa, uma bandeira de Lula desde o primeiro mandato.

Na abertura do encontro, ao discursar, Lula marcou posição em relação a temas nos quais havia pouca possibilidade de avanço no encontro, entre os quais as guerras da Ucrânia e do Oriente Médio. Criticou Israel e a Rússia, indiretamente, ao citar as invasões da Faixa de Gaza e da Ucrânia, e atacou sanções unilaterais impostas a outros países, porém, sem fazer referência aos Estados Unidos.

“Do Iraque à Ucrânia, da Bósnia à Gaza, consolida-se a percepção de que nem todo território merece ter sua integridade respeitada e nem toda vida tem o mesmo valor. Intervenções desastrosas subverteram a ordem no Afeganistão e na Líbia. A indiferença relegou o Sudão e o Haiti ao esquecimento. Sanções unilaterais produzem sofrimento e atingem os mais vulneráveis”, argumentou. O documento conclama que “todas as partes devem cumprir suas obrigações sob o direito internacional, incluindo o humanitário e de direitos humanos, condenando ataques contra a civil e infraestrutura.”

Lula havia criticado o neoliberalismo pela deterioração da situação internacional: “Não é surpresa que a desigualdade fomenta ódio, extremismo e violência. Nem que a democracia esteja sob ameaça. A globalização neoliberal fracassou”. O presidente brasileiro também defendeu que a taxaço de 2% sobre o patrimônio de indivíduos super-ricos poderia gerar recursos da ordem de US\$ 250 bilhões por ano para serem investidos no enfrentamento dos desafios sociais e ambientais do nosso tempo. O texto final incorporou a tese, genericamente.

Lula marcou posição diante de temas nos quais o Brasil tem limitações estratégicas, por falta de projeção de poder econômico e militar, mas o Itamaraty, politicamente, demonstrou sua tradicional capacidade de articulação na condução da reunião, sob a presidência de Lula. Dois grandes protagonistas da política mundial não participaram do encontro: Vladimir Putin, da Rússia, representado pelo chanceler Sergey Lavrov; e o presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump. Sem o apoio do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden; do presidente chinês, Xi Jinping; do presidente da França, Emmanuel Macron; do chanceler da Alemanha, Olaf Scholz; e da primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, não haveria possibilidade de um consenso básico.

## Governança global

O fato de defender a democracia como um tema central do seu discurso foi relevante para Lula na relação com os países europeus, num encontro que reuniu líderes de regimes autoritários, como os da Rússia e da Indonésia; autocráticos, como o da Arábia Saudita; e liberais, casos da Índia e da Turquia, todos players da política mundial. Estados Unidos, Rússia, China, França e Inglaterra, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, com poder de veto sobre qualquer proposta, por exemplo, concordaram com a necessidade de reforma desse órgão da ONU.

Lula criticou e responsabilizou o imobilismo do Conselho de Segurança pela escalada das guerras de Gaza e da Ucrânia. Como Biden autorizou a utilização de mísseis de longo alcance de fabricação norte-americana contra a Rússia, que promete retaliar duramente a Ucrânia se isso ocorrer, a tensão na Europa aumentou e esse assunto dividiu as atenções dos chefes de Estado na reunião. Era um tema que Lula tentava evitar, para não complicar e melar reunião.

Objetivamente, a reforma da governança global entrou na agenda do G20 por outra porta. A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza foi uma proposta apresentada por Lula no encontro do G20 realizado em Nova Delhi. Agora, ganhou materialidade, porque tem metas e fontes de financiamento. Cerca de 750 milhões de pessoas estão na miséria no mundo. Como potência agrícola, produtora de grãos e proteína, o Brasil tem projeção internacional para protagonizar esse esforço.

O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), presidido pelo brasileiro Ilan Goldfajn, se comprometeu a destinar até US\$ 25 bilhões (R\$ 145 bilhões) para financiar ações da Aliança. O Banco Mundial também deverá financiar os países que apoiarem a Aliança. As metas são alcançar 500 milhões de pessoas com programas de transferências de renda e sistemas de proteção social até 2030; expandir as merendas escolares para mais 150 milhões de crianças com fome endêmica; promover a saúde materna e infantil para 200 milhões de mulheres e crianças de 0 a 6 anos; e atingir 100 milhões de mulheres nos programas de inclusão.